

R. Magalhães denuncia campanha contra a candidatura de Sarney

Recife — “A Frente Liberal e a nação dispensam a contribuição “espontânea” de juristas obscuros e improvisados”, disse ontem o Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, depois de explicar que somente a Justiça Eleitoral poderá dizer se há impedimento legal à indicação do Senador José Sarney (PDS-MA) para candidato a Vice-Presidente, na chapa do Governador Tancredo Neves.

Ele denunciou a existência de uma campanha contra a Frente Liberal e Sarney, mas acha que isso, antes de representar qualquer resistência ao nome do Senador maranhense, é “uma tentativa de certos setores no sentido de frustrar a candidatura de um nordestino à Vice-presidência da República”.

Posição

O Senador José Sarney disse ontem, no Rio, que o lançamento de sua candidatura à Vice-Presidência na chapa do Governador Tancredo Neves “não é um problema jurídico e sim político”, argumentando que pare-

ceres de juristas já esclareceram essa dúvida. Sarney está convencido da viabilidade legal da sua candidatura, mas reconheceu que há setores do PDS — notadamente os **malufistas** — que pretendem criar-lhe dificuldades.

Discriminação

Para Roberto Magalhães, “a perspectiva de um Vice-Presidente nordestino já é de um Presidente nosso no futuro contraria os interesses daqueles que sempre se beneficiaram do círculo vicioso da pobreza e da dependência da região. Mas é bom que tal campanha exista para que possamos aprender todas as lições do atual momento brasileiro”.

O Governador de Pernambuco defendeu a mobilização do Nordeste contra esse tipo de discriminação, afirmando que “pior do que a seca é a pobreza e a desnuniação. Ou o Nordeste aprende a se unir na defesa dos seus interesses, ou estará definitivamente condenado a permanecer pobre. Dependente e caudatária das grandes decisões nacionais”. No domingo, em pronunciamento que

fez na cidade sertaneja de Salgueiro, a 520km de Recife, Roberto Magalhães pediu às bases pedessistas do Estado a preservação da unidade do partido, “e da nossa capacidade de nos unirmos a outros pernambucanos que não estiveram conosco em 82 mas que se dispõem a estar em 86”.

Desmentido

O Deputado Prisco Vianna (PDS-BA) negou ontem que esteja realizando estudos para impugnar a candidatura do Senador José Sarney como Vice-Presidente na chapa Tancredo Neves.

— Também não é verdade — disse o deputado — que o Deputado Paulo Maluf esteja preocupado com esse assunto. A candidatura do ex-presidente do PDS é assunto que diz respeito apenas ao próprio, ao PMDB e suas variadas tendências, e à mesa do Senado Federal, se chegar lá. Nós nos ocupamos da candidatura do Deputado Paulo Maluf, na Convenção do PDS, agora, e no Colégio Eleitoral, depois.

Ulysses pede cautela sobre Vice

São Paulo — O presidente nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem que a Executiva Nacional do Partido reconhece o direito que a Frente Liberal — “diante do apoio que ela vai nos trazer” — tem de indicar o candidato a Vice-Presidente, mas espera que faça “uma indicação no sentido de resguardar todos os interesses, inclusive no aspecto legal”.

O Deputado comentava a possibilidade de o escolhido pela Frente Liberal ser o Senador José Sarney (PDS-MA), destacando que ainda “não houve indicação formal” (de Sarney). Ulysses lembrou que há pareceres “nos vários sentidos”, com relação a impedimentos legais, mas não quis adiantar sua

posição “porque isso ainda vai ser examinado”.

Controle

Ulysses antecipou que não tem preferências pessoais: “Meu candidato é o do Partido. Eu sou um cumpridor de decisões do partido e um respeitador de seus acordos”. O presidente do PMDB negou que esteja havendo uma “direitização” de seu Partido e que ele esteja perdendo o controle da legenda. Não concorda, também, com a colocação do processo sucessório na área da oposição esteja fugindo ao controle dos pemedebistas e passando para a Frente Liberal.

— Em qualquer acordo, as decisões são tomadas em comum e é isso que está ocorrendo. É o que ocorre entre partidos de países democráticos europeus quando fazem acordos: não é nem o programa de um partido nem de outro o que prevalece.

Como exemplo do que afirmava, Ulysses Guimarães garantiu que o PMDB não abre mão de seus compromissos básicos, citando o principal deles, as eleições diretas, e ainda a convocação de uma Constituinte. Nesse caso, explicou, sua proposta é a mesma do Governador Tancredo Neves: atribuir poderes constituintes ao Congresso que será eleito em 1986.